

**MEMÓRIA E IDENTIDADE NO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA  
(1894-1923): ORIGENS DA CASA DA BAHIA E CELEBRAÇÃO DO 2 DE JULHO****Rinaldo Cesar Nascimento LEITE\***

**Resumo:** Fundado em 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) se consolidou ao longo da primeira fase da República Federativa no Brasil. Este período foi de aprofundamento de tensões regionalistas entre os principais Estados do país; ao mesmo tempo em que se difundia um sentimento de declínio político, econômico e cultural em meio às elites baianas. Como resposta à situação e, semelhantemente ao que outras associações congêneres existentes faziam, o IGHB pretendia promover o conhecimento sobre a história, a geografia, as riquezas, a cultura e outros aspectos peculiares da Bahia, destacando suas grandes contribuições para a nacionalidade. Neste artigo, enfoca-se, especialmente, a memória histórica do 2 de Julho, data da Independência da Bahia, tanto como um elemento definidor de uma identidade regional quanto uma expressão simbólica da forma de contribuição do Estado baiano à constituição da nacionalidade brasileira.

**Palavras-chave:** Bahia. Instituto Histórico. Memória.

**MEMORY AND IDENTITY IN THE GEOGRAPHIC AND HISTORICAL INSTITUTE OF  
BAHIA (1894-1923): ORIGINS OF THE HOUSE OF BAHIA AND JULY 2ND  
CELEBRATIONS**

**Abstract:** Founded in 1894, the Geographic and Historical Institute of Bahia was established during the first phase of the Federative Republic in Brazil. This was a period of deepening regional tensions between the principal states of the country. At the same time, a feeling of decline in politics, economy and culture was spreading among the elites born in Bahia. In response to the situation, as equivalent associations throughout the country were doing, the Geographic and Historical Institute of Bahia made its aim to promote knowledge about the history, geography, wealth, culture and other unique aspects of Bahia, highlighting their major contributions to the nation. This article focuses on the historical memory of July 2nd (Bahia's Independence Day), which is as much a defining element of a regional identity as a

---

\* Professor Adjunto Doutor - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia - Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS - Av. Transnordestina, s/n, Novo Horizonte CEP: 44036-900, Feira de Santana, Bahia - Brasil. E-mail: rinaldocesarleite@hotmail.com

symbolic expression of the form of contribution from the State of Bahia to the constitution of the Brazilian nation.

**Keywords:** Bahia. Historical Institute. Memory.

Esta casa é uma árvore de remotas raízes, amplas ramagens e inesgotáveis frutos. Fê-la medrar a própria alma da pátria que há de tê-la imperecível. À sua sombra sentir-se-ão unidos, indissolavelmente, o passado, o presente e o futuro. Templo votivo e tenda creadora, relicário de tradições e abrigo de esperanças, com ella se celebram os primeiros cem annos de emancipação e commemoram os feitos que asseguraram a independência do Brasil, consumada na e cimentada pelo sangue dos bahianos.<sup>1</sup>

### **Considerações Iniciais**

No dia 2 de julho de 1923, descerrava-se a lápide que marcava a inauguração da Casa da Bahia, como foi designada a nova (e ainda atual) sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) – e nela, a lápide, constavam as palavras transcritas acima, que servem de epígrafe para este artigo. A mensagem registrada, a data de inauguração e o nome da nova sede são elementos significativos dos ideais dos sujeitos que davam vida à instituição. Religar-se e conservar as tradições, rememorar e celebrar os feitos históricos, estimular com exemplos do passado a ação presente são algumas das principais intenções do IGHB. Tudo isso fica simbolicamente conectado quando se registra em pedra o sentido e a importância da instituição que pretende ser “árvore de remotas raízes, amplas ramagens e inesgotáveis frutos”, bem como “templo votivo e tenda creadora, relicário de tradições e de esperança”. Reafirma-se quando se autoproclama a Casa da Bahia, o que nos leva a pensá-la como o legítimo repositório da memória, da história e de um vasto conhecimento produzido sobre as riquezas e grandezas regionais. E, também, quando se revigora no ato de inauguração do seu novo espaço em um 2 de Julho, data maior no calendário cívico estadual, que marca a culminância de um evento conhecido como Independência da Bahia, sobre o qual trataremos mais adiante.

Por detrás dos propósitos mais formais do IGHB, é possível denotar a existência de um projeto de inserção política no meio local, regional e nacional. Assim, pode-se pensá-lo como um lugar de preservação da memória histórica, destacando o papel desempenhado pelos baianos e sua terra natal na história e cultura da nação, bem como um centro divulgador do Estado, no que diz respeito às suas potencialidades no plano econômico e, em sentido mais estrito, sua vocação para o exercício do poder político.

Para flagrá-lo, com maior clareza, no cumprimento de suas funções políticas e envolvido nos seus embates, torna-se necessário compreender as origens da agremiação,

como se enquadrava na conjuntura do seu tempo e algumas das suas estratégias de combate pelas tradições da Bahia. Para tanto, define-se das origens à década de 1920, esta em limites mais ou menos fluidos, enquanto marco cronológico da presente abordagem.

### **Dos Precedentes do IGHB à Inauguração da Casa da Bahia**

Quando foi fundado em 1894, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia<sup>2</sup> não podia reivindicar a posição de primeira experiência de uma organização do gênero criada no Estado. Ainda no Segundo Reinado, quando era uma Província Imperial, havia se constituído o Instituto Histórico da Bahia (IHB), fundado oficialmente em 03 de maio de 1856, em data que era, na época, comemorativa do descobrimento do Brasil. Este estabelecimento nascera 18 anos depois do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado na capital do Império, o Rio de Janeiro, que se tornou modelo para os outros surgidos posteriormente e, 38 anos antes do congênere baiano surgido na República.

A data da fundação revela, ainda, ter nascido seis anos antes do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco, cujo surgimento ocorreu em 1862 – conforme apontado por Lilia Schwarcz, no início da década de 1990, quando os estudos sobre tais estabelecimentos não haviam ainda se proliferado –, considerado “o segundo instituto histórico do Brasil, o primeiro do Nordeste” (SCHWARCZ, 1993, p.117). Além da falta de um maior número de trabalhos sobre o assunto, esse engano talvez tenha sido motivado, também, pelo fato do primogênito instituto baiano não ter conhecido uma vida tão duradoura quanto o pernambucano, tornando esmaecidos os rastros de memória e praticamente ignorados os registros histórico-historigráficos da sua existência.<sup>3</sup>

Idealizado pelo professor Manoel Correia Garcia, com o apoio de outros homens ilustrados da época, entre os quais médicos (a exemplo de Antonio José Alves e João José Barbosa de Oliveira, pais, respectivamente, do poeta Castro Alves e do político Rui Barbosa), militares, professores, membros da Igreja Católica (inclusive o Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Romualdo Antônio Seixas, que foi o primeiro presidente da instituição), políticos, administradores públicos e alguns nobres do Império, o Instituto Histórico da Bahia já revela suas intenções de valorizar os estudos históricos regionais, sem perder de vista de que maneira a então província se integrava à história geral da nação. O próprio Correia Garcia, que exercera a função de 1º secretário na instituição, escreveu sobre o assunto, destacando inclusive a primordialidade da Bahia na história brasileira:

A historia geral do Brazil, está bem reconhecido, é de grande dificuldade.

Paiz immenso, ainda não bem conhecido, dividido em 20 províncias, cujos costumes se se assemelham, diversificam; demais possuindo todas as raças em seu solo, só se poderá chegar a uma verdadeira descripção delle, quando cada província seja particularmente descripta e essas diversas narrações possam convergir a organizar-se uma história geral. [...]

Prendendo-se a nossa história com a portugueza pelo descobrimento do Brazil, até a epocha de sua independência, o que se há escripto, que possa trazer completa luz neste cahos tão tenebroso. Onde alguma claridade, que tem apparecido, se apaga por falta de intensidade?

Reconhecida, pois, a grande difficuldade de traçar-se a historia geral deste vastíssimo Imperio, a criação do Instituto foi presidida pelo pensamento de escrever-se a historia desta Provincia, a mais importante delle; porque por ella começou-se, segundo alguns, a descoberta do Brazil.<sup>4</sup>

Apesar dos esforços de alguns sócios, a instituição se deparou com grandes dificuldades para se manter, as quais começavam com a sede, pois em nenhum momento conseguiu se estabelecer em local fixo. Assim, as reuniões ocorriam em espaços improvisados em prédios públicos, cedidos por breves períodos, e especialmente na residência do seu presidente ou primeiro secretário (SILVA, 2007, p.89-91). Já o periódico, cuja ideia de publicação se encontrava mencionada no primeiro artigo do estatuto, teve lançamento apenas em outubro de 1863, com sete anos de vida do IHB. Foram editados oito números, com periodicidade mensal, o último deles em maio de 1864, sete meses após o número inaugural. Mantido com recursos dos próprios sócios, o periódico não contou com subvenções governamentais, tampouco dispunha de assinantes em quantidade suficiente para sustentá-lo (SILVA, 2007, p.88).

As últimas atividades documentadas do IHB datam de 1869/1870, referindo-se a algumas reuniões então realizadas; é deste período, também, a última lista de sócios localizada. Na falta de estudos mais densos para apoiar uma análise, fica-se com a sensação de que o IHB se ressentiu da falta de recursos financeiros, de apoio governamental e de maior penetração na sociedade, inclusive no sentido de atrair maior quantidade de sócios, para garantir a sua existência por mais tempo. Diante das dificuldades vistas, foram se escasseando as notícias sobre a agremiação, conferindo-lhe uma morte lenta e silenciosa, prolongada, aparentemente, até 1876 (ou talvez ao ano seguinte, 1877, pois não se sabe ao certo quando ocorreu concretamente a sua extinção). Sabe-se que, no final do ano de 1876, o Presidente da Província solicitou um relatório detalhado sobre as atividades do IHB, obtendo entusiasmada resposta de Correia Garcia, que percebeu nisso uma oportunidade de reavivá-lo. No entanto, tendo em vista as evidências que ficaram, nada aconteceu e, assim, acabou desaparecendo o primeiro Instituto Histórico surgido na Bahia (SILVA, 2001, p.15-16)

Fundado dezessete ou dezoito anos após o desaparecimento total de notícias sobre o IHB, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894) manteve uma relação de

ambiguidade para com o seu antecessor. Logo na introdução da primeira Revista do IGHB – que não esperou tanto tempo para ser lançada, como ocorreu com o Periódico do IHB, surgindo apenas alguns meses após a fundação do novo estabelecimento – encontra-se uma breve relação entre ambos:

Ha quasi 40 annos saudava a imprensa desta cidade a installação do Instituto Historico Provincial, de cuja existencia e de cujos trabalhos restanos apenas a saudosa memoria de alguns fundadores que ja se foram [...], ou a respeitosa consideração pelos raros que vivem [...].

Tudo mais passou: - acção, esforço, pensamento, palavra e documentos. De pé ficaram somente aquella saudação e aquelles sobreviventes, para incentivo e exemplo, e como scentelha do fogo inextinguivel de fé pela sciencia e do amor pela historia patria.

Deste amor e desta fé gerou-se a idéa da criação do Instituto Geographico e Historico da Bahia, que a imprensa de hoje, como a de outr'ora, recebeu entre applausos, e que o favor publico, mais do que então, acolheu com desusado apoio e enthusiasmo, evidentes na escolhida e extensa lista de nomes, que acudiram a fundal-o.<sup>5</sup>

A ambiguidade se torna mais evidente, no entanto, quando se observa o modo como oficialmente se posicionava. Por um lado, alegava não constituir uma retomada do mesmo, “diante da impossibilidade material de [o] reorganizar ou [o] fazer reviver”<sup>6</sup> – proposta que foi aventada na sessão instaladora do novo Instituto, por um frade que tivera participação no antigo e no novo, o Fr. Francisco da Natividade Carneiro da Cunha. Por outro lado, emitia demonstrações de “respeito”, “reverência” e “justiça” ao órgão antecessor, o que se confirma pelas diversas páginas dedicadas à sua memória na revista criada pela nova agremiação republicana, e distribuída por um volume expressivo de números. Assim, logo no primeiro número da revista já constava uma “Memoria Histórica sobre o Instituto Fundado em 1856”; e mais “Apontamentos” foram publicados nas edições posteriores.<sup>7</sup>

As informações expostas até aqui indicam que no meio ilustrado baiano não era nova a vontade de constituir uma organização focada nos estudos regionais. No entanto, o período republicano se revelou mais propício ao sucesso do empreendimento. Na percepção dos próprios fundadores, o momento impelia à iniciativa, como um modo de estimular a Bahia no caminho do desenvolvimento nacional, seguir o exemplo de outros Estados e assumir mais uma vez posição dianteira no país, haja vista o seu suposto papel de “berço da nacionalidade”. No documento que noticiaram a criação do Instituto, assim se exprimiram:

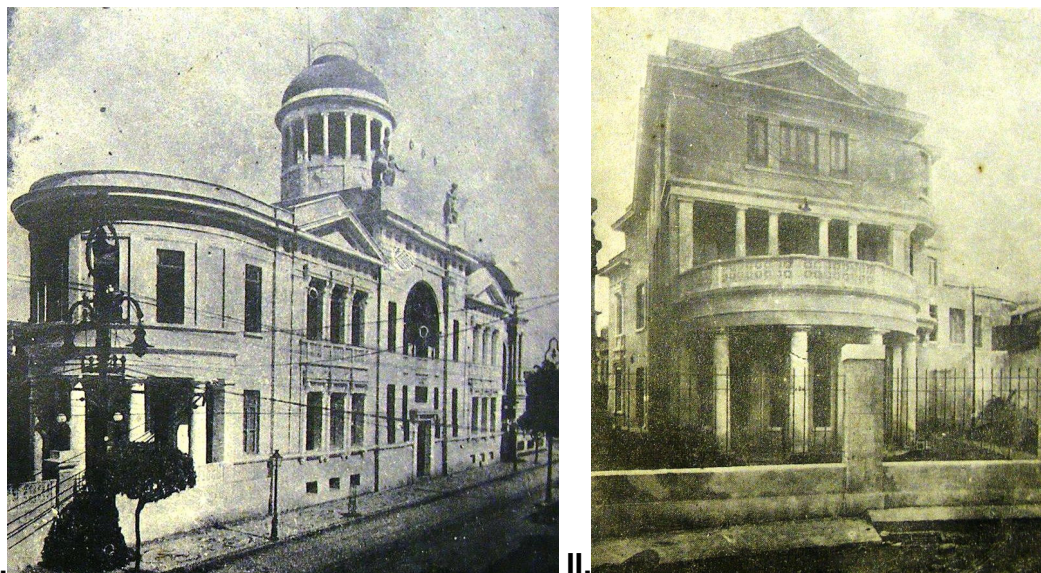
Uma vez que o espirito nacional por força dos ultimos acontecimentos politicos que libertaram o paiz da centralisação atrophadora de todas as suas grandiosas aspirações, vae pressurosamente se erguendo para o desenvolvimento da vida social da nação, em todas as suas modalidades,

não póde a Bahia ficar estacionaria por mais tempo, no levantamento de sua historia, guia de todos os outros empreendimentos.

A exemplo de outros Estados, alguns dos quaes já ha longos annos possuem instituições deste genero, como a capital federal, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Pará, prestando cada qual os mais relevantes serviços ao paiz, não póde, nem deve a Bahia, berço da nacionalidade brasileira, ficar na retaguarda dos mais Estados, dilatando a fundação dessa instituição, que virá prestar serviços reaes e incontestaveis.<sup>8</sup>

No seu surgimento, o IGHB contou com 135 sócios fundadores. Além disso, desde o início, teve 50 sócios correspondentes, que eram os residentes em cidades do interior ou de outros estados. Ao longo dos anos, conheceu um constante crescimento no número de sócios – no período de 1916-1930, por exemplo, 581 foram admitidos.<sup>9</sup> No tocante aos locais de funcionamento, ocupou quatro espaços diferentes, e à medida que mudava de um para outro local, revelava sua progressiva consolidação institucional e material. Na primeira sede, entre maio e outubro de 1894, apenas provisória, utilizou salas emprestadas pelo Grêmio Literário da Bahia (1860-1944), verdadeiro proprietário do local. Em seguida, passou para um prédio alugado junto à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, onde permaneceu até maio de 1900. Sairia, então, para uma sede própria, situada na Praça 15 de Novembro, mais conhecida por Terreiro de Jesus, ficando até julho de 1923. Por fim, na data de comemoração do Centenário da Independência da Bahia, instala-se na sede “definitiva”, que se tornou conhecida na época como a Casa da Bahia.

A construção desse edifício demandou um esforço muito especial do então Primeiro Secretário do Instituto, Bernardino José de Souza, que conseguiu mobilizar diversos indivíduos, ligados a diferentes segmentos sociais e políticos, bem como instituições públicas e privadas, em âmbito local, regional e nacional, para a obtenção dos recursos que viabilizassem a construção de um grandioso projeto arquitetônico (ver, abaixo, as Figuras I e II). Com a inauguração desse novo e moderno prédio, os homens do IGHB pretendiam se integrar de forma marcante nas festas comemorativas do centenário da Independência brasileira, cuja culminância seria, na percepção dos confrades baianos, o episódio celebrativo da Independência da Bahia, o 2 de Julho, ocorrida quase dez meses depois da Independência Brasileira, comemorada no 7 de Setembro. Era a louvação da data regional, tomada como evento de alcance e importância nacional.



Figuras I e II - Fachadas do Prédio do IGHB (I. Avenida Sete de Setembro; II. Avenida Joana Angélica), inaugurado em 1923.  
Fonte: Rev. IGHB, n. 48, 1923.

Na longa matéria que noticiou a inauguração solene da nova sede, publicada na Revista do IGHB, o título e o subtítulo explicitavam o caráter simbólico de reverência àquele que era considerado o maior episódio da história baiana: “A Casa da Bahia. Monumento Commemorativo do Centenario da Redempção Política da Bahia”. Enquanto no primeiro parágrafo do texto, para atestar respeito ao passado de luta e conquista, bem como legar ao futuro um marco dessa memória, registrava-se as seguintes palavras:

Entre as solennidades commemorativas da passagem do Primeiro Centenario da libertação da Bahia, a mais expressiva, a mais elonquente, a mais significativa, a unica a attestar pelos tempos vindouros os brios da geração actual foi, sem contradicta, a inauguração do novo predio do Instituto Geographico e Historico da Bahia, Palacio-Monumento, sito à Avenida 7 de Setembro, arteria principal da Cidade do Salvador.<sup>10</sup>

O breve histórico aqui traçado intenciona demonstrar que, diferentemente da instituição provincial antecessora, o IGHB foi muito mais bem sucedido, tanto pela repercussão e inserção alcançada no meio social e político, quanto por ter conseguido estruturar-se em termos materiais e patrimoniais. Por esta razão, seu projeto político-institucional foi mais eficaz quanto a atingir os principais propósitos que foram definidos na origem da agremiação. Assim, também, a regularidade da Revista, conquanto alguns atrasos ocorridos no lançamento, bem como a própria longevidade podem ser tomados como outra prova de êxito.

No entanto, faça-se uma ressalva: quando se fala em êxito, não se pretende obscurecer o fato de que tenha passado incólume a qualquer dificuldade durante o processo de consolidação. Pelo contrário, é necessário esclarecer que o IGHB vivenciou momentos muito delicados. Por exemplo, na década inicial do século XX, não muito depois da sua criação, conviveu com a ausência dos sócios às reuniões, passou por um período de interrupção no lançamento do periódico e sofreu com o corte de verbas repassadas pelo Estado – tais cortes, inclusive, implicaram num déficit orçamentário que colocou em risco a sobrevivência da instituição. E, como fato dos mais dramáticos, em 1913, apenas 10 anos antes da inauguração da Casa da Bahia, a primeira sede própria, aquela instalada na Praça 15 de Novembro, sofreu um grande incêndio, que destruiu diversos materiais do acervo, além de móveis.<sup>11</sup>

Ainda assim, tais percalços não impediram a continuidade das atividades do IGHB, pelo contrário, ao superá-los, pôde demonstrar capacidade de afirmar-se como instituição. E os embates em que se envolveu bem como as ações desenvolvidas revelaram o seu potencial de intervenções social e política.

### **O IGHB, a era republicana e a memória histórica da Bahia**

Em parte, a consolidação do IGHB está relacionada à própria conjuntura em que fora refundado. Diferentemente do IGH, que tendia a entrar em conflito, por suas proposições regionalistas, com as tendências mais centralistas de formulação de uma história nacional da época do Império, na era republicana, por sua vez, acentuar os princípios regionais se demonstrava uma importante estratégia para a garantia de assento na nacionalidade, e, por consequência, no jogo de poder travado na esfera federal. Assim, destaca-se o papel crucial que os institutos históricos surgidos nas mais diversas partes do país cumpriram no sentido de enfatizar como suas respectivas regiões foram fundamentais para, entre outros aspectos, a expansão do território, a formação cultural ou o desenvolvimento econômico da nação.

Em uma conjuntura política e econômica considerada adversa do ponto de vista regional, a agremiação baiana assumia a função de porta-voz dos interesses das suas elites letradas, de defensora de um lugar mais proeminente para a Bahia na nacionalidade, além de órgão atuante na preservação da memória e patrimônio histórico-cultural do Estado. A posse de um caráter aut centrado deu-lhe condições de angariar apoio e ser, ao mesmo tempo, um espaço agregador de sujeitos que, em sua maior parte, compartilhavam um conjunto de valores comuns. Os homens (e poucas mulheres) do Instituto transitavam pelos mesmos lugares e possuíam aspirações semelhantes, sobretudo quanto ao reconhecimento pessoal de talento no(s) campo(s) em que atuavam, bem como na reivindicação por maior penetração e espaço político.



O que era, então, a adversidade apregoada na época republicana?

Para as elites letradas baianas, tornou-se sensível um declínio que se foi abatendo sobre o Estado à medida que avançava o novo regime. Na perspectiva econômica, via-se envolta numa estagnação que começara a se esboçar desde meados do século XIX. Com o despontar de novas forças econômicas, localizadas ao sul do país, e a dependência de artigos que já não eram dos mais rentáveis na pauta de exportação (açúcar, algodão, fumo e uma variada gama de produtos agrícolas, a exceção era o cacau, embora nunca tenha se comparado à antiga importância do açúcar), a Bahia decaía dos primeiros lugares no ranking dos maiores geradores de riqueza para os lugares intermediários, abaixo de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e, frequentemente, Pernambuco.

No plano político, a então Província havia se notabilizado como um dos principais sustentáculos do regime imperial, com expressivo número de ministros e chefes de gabinete. Essa proeminência era motivo de verdadeiro orgulho, pois, como afirmavam então, representava o exercício de uma hegemonia sobre a nação. Com os rearranjos operados na República, fora perdendo espaço diante da ascensão de outros Estados, notadamente os mesmos que começaram a se projetar no plano econômico (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande Sul).

Por fim, ao declínio econômico e político, correspondeu, ainda, a perda de outras formas de representatividade, situadas no plano simbólico, cultural, etc. Sintomaticamente, passou a se firmar uma percepção generalizada de que a República tinha grande responsabilidade pelo conjunto de contratempos que afligia a Bahia. Vaidosas, pelo seu antigo prestígio, mas, ao mesmo tempo, ressentidas, por se sentirem preteridas nos novos tempos, as elites baianas se mostrariam saudosas do passado e críticas para com o presente republicano. A reação foi reivindicar o respeito pelas suas tradições históricas, bem como o reconhecimento do direito de recuperar um lugar de destaque no concerto nacional.

Quase toda a elite letrada regional, especialmente aquela estabelecida ou que trafegava por Salvador, a capital do Estado, compartilhava de tais convicções. No IGHB, ela encontrou um espaço privilegiado para zelar por uma memória, defender um patrimônio material, apresentar uma terra repleta de riquezas materiais e valores culturais, bem como instituir uma versão oficial da história. Especialmente, defendia-se a primazia e a centralidade da Bahia na história nacional, em flagrante concorrência com as versões formuladas em outros lugares, como será discutido adiante. Em síntese, a competição entre os Estados pela hegemonia na esfera federal, que deflagrou, complementarmente, lutas simbólicas pela ascendência – quando não, pelo monopólio – sobre a nacionalidade, reservou ao IGHB, e demais institutos da época, um papel crucial.

Alguns sócios do IGHB, inclusive pelas funções ocupadas na agremiação, aparecem com maior destaque na defesa das tradições baianas, a exemplo de Braz Hermenegildo do

Amaral<sup>12</sup> e Teodoro Sampaio<sup>13</sup>, ambos ocupantes da posição de oradores oficiais, e do primeiro secretário Bernardino de Souza<sup>14</sup>. Contudo, outros sócios também se empenharam na mesma tarefa, entre os quais se destacaram José Wanderley de Araújo Pinho (Wanderley Pinho),<sup>15</sup> Manoel Querino,<sup>16</sup> Xavier Marques,<sup>17</sup> Afrânio Peixoto,<sup>18</sup> profícuos intelectuais em seu tempo. Além destes, uma extensa lista de nomes, com variado grau de projeção social, incluindo desde figuras conhecidas localmente a personalidades nacionais, pode ser elaborada, na qual se incluíam Antonio Carneiro Ribeiro, Satyro Dias, Francisco Borges de Barros, Franklin Américo de Menezes Doria, Francisco Hermano de Sant'Ana e tantos mais.<sup>19</sup>

Nenhum deles era historiador de formação, até mesmo porque não havia profissionalização na área no Brasil, tornaram-se na prática – que podia ser mais ou menos persistente, a depender do indivíduo – de trabalho com documentação. O médico Braz do Amaral (1861-1949) e o bacharel Wanderley Pinho (1890-1967), representando gerações diferentes, se destacaram no exercício historiográfico, tanto pela maior acuidade com que trabalharam as suas fontes quanto pela extensa produção acadêmica que tiveram.

Braz do Amaral, com origem na classe média urbana de Salvador, quase trinta anos mais velho que Pinho, esteve entre os fundadores da Instituição e, pode se dizer, vivenciou durante a idade adulta o processo de declínio da Bahia, tornando-se, de certo modo, um historiador mordaz e ressentido em muitos dos seus textos. Wanderley Pinho, por sua vez, nasceu quando já vigorava o regime republicano; no entanto, trazia uma longa tradição de família a pesar sobre os ombros, pois tanto o avô materno (João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe) quanto o pai (José Ferreira de Araújo Pinho) foram homens do Império – o pai atuou, também, no novo regime. Assim, seus trabalhos revelam um compromisso com a conservação da memória e das tradições familiares que, de algum modo, coincidiam com a memória e as tradições de uma elite em “decadência”.

Conquanto pudessem, circunstancialmente, manifestar certas especificidades individuais de ação e pensamento, o sentido de pertencimento a uma comunidade especial, historicamente imaginada e discursivamente representada, unia os melhores estudiosos aos diletantes, curiosos e simples admiradores da história, da geografia e de outros aspectos da vida e cultura baiana no IGHB. Apoiados em uma concepção de História que atribuía ao conhecimento do passado um sentido moral (AMARAL, 1916, n. 42, p. 173-180), invocador de exemplos para o presente, legitimador de lugares, vasculhavam a história brasileira em busca de passagens significativas do papel desempenhado pela Bahia na história nacional.

Travando uma disputa com outras regiões pelas contribuições ou intervenções mais relevantes para o destino do país, vários temas foram tomados pelos sócios que se tornaram autores de textos para a revista do Instituto (ou mesmo para outras publicações). Assim, abarcavam desde a ideia de “maternidade nacional”, conferida pelo “descobrimento

brasileiro” em “terras baianas”, até o “sacrifício” demonstrado com o envio de inúmeros filhos à Guerra do Paraguai, passando antes por diversos episódios do longo período situado entre a Colônia e o Império.<sup>20</sup> Por exemplo, Teodoro Sampaio, parecendo querer questionar a exclusividade paulista nas entradas e bandeiras, afirmava que a cidade do Salvador, assim como Recife e São Paulo, foi um ponto de partida para a expansão territorial brasileira. Conforme apresenta, as bandeiras baianas teriam se dirigido em direção ao norte, ao sul e ao interior do país:

Da Bahia, no centro, saíram os conquistadores e povoadores de Sergipe; saíram os descobridores do São Francisco para cima do grande *Sumidouro* (cachoeira de Paulo Afonso); saíram os primeiros povoadores afazendados nos sertões do Piauí. Sertanistas, oriundos da Bahia, deitaram raízes até aos sertões do Ceará para além dos Cariris e da Serra do Araripe; entraram pelos fundos do Maranhão, uma vez transpostos o S. Francisco e o caudaloso Parnaíba; foram, pelos campos dalem do Espigão Mestre, até beberem das águas do médio e baixo Tocantins, cruzando-se com as bandeiras paulistas; foram os batedores dos sertões mineiros no rio Pardo, no Jequitinhonha e no Mucury; foram ainda como aventureiros, os chamados *mboavas*, para além do Rio das Velhas, disputar e tomar aos paulistas as minas de ouro que estes descobriram.

Foi na Bahia que saíram os conquistadores e principaes povoadores do Rio de Janeiro com Mem de Sá.

Foi da Bahia o grosso da população mineira, que lavrou o ouro, quando os paulistas, desenganados, mudaram o rumo das suas impávidas *bandeiras*, buscando Goyaz e Matto Grosso. (SAMPAIO, 1926, p. 2-5)

Também sócio do Instituto paulista, a colocação de Sampaio soa como um questionamento à ideia disseminada por suas elites de que, a partir de São Paulo, teria se realizado a expansão e a conquista do território brasileiro, sedimentando o mito do bandeirante como a mais expressiva representação regional.<sup>21</sup> Bernardino de Souza também associava importância ao “[...] surto bandeirante da Bahia [que], se não teve a estupenda floração do de S. Paulo, foi-lhe, sem duvida, anterior”. Para ele, Francisco Dias de Ávila, senhor do Castelo da Torre – que varou o sertão até alcançar o Maranhão, tornando-se o maior proprietário individual de terra que o Brasil já teve e, portanto, um grande conquistador de territórios para o país –, é uma “figura estupenda” de bandeirante “[...] que bem pode figurar ao lado do maior dos conquistadores de territórios para o Brasil, aquele épico sertanista de S. Paulo que foi Antonio Raposo.” (SOUZA, 1928, p.27). Com base na consideração mais comedida de Souza, diante da impossibilidade de reivindicar maior grandeza na ação, valia destacar a primazia. Este argumento permite se aproximar de uma representação sempre enfatizada no que se refere à contribuição da Bahia na história nacional: o princípio de primordialidade, do qual a ideia de “maternidade do Brasil” participava.

A resistência aos invasores holandeses, o florescimento de uma cultura nacional ainda na colônia, a recorrente presença de nascidos na terra nos altos postos da administração nacional, um extenso elenco de estadistas, literatos, intelectuais e cientistas, entre outros tantos assuntos, também faziam parte do repertório de fatos que comprovariam o papel destacado da Bahia na história brasileira. Diante da impossibilidade de esmiuçar tudo que foi abordado, cabe discutir o tema histórico mais cultivado pelo IGHB: o episódio conhecido como Independência da Bahia, comemorado anualmente no 2 de Julho.

### **O IGHB e a Independência da Bahia (ou o 2 de Julho)**

Como escrevera um jornalista na celebração do centenário do acontecimento, “foi nesse memorável dia, com a entrada do exército libertador na cidade, que ficou consolidada a Independência do Brasil”. Coube à Bahia, portanto, “a terra de titânicos seios, sempre nobre, sempre forte e heroica, a ventura de consolidar o feito de 7 de Setembro” (PIN, 1923, n.46). O pressuposto aí assinalado foi o principal substrato das falas sobre a importância do 2 de Julho no conjunto mais amplo de fatos do processo da Independência nacional.

Para maior compreensão do que constituiu o episódio, segue um breve resumo. Desde o início do ano de 1822, começaram a ocorrer escaramuças entre portugueses e brasileiros na Bahia. Em 25 de junho de 1822, reunidos na cidade de Cachoeira, no Recôncavo, diversos membros da elite política e social baiana, apoiados pelos segmentos populares, declarou-se autônoma da metrópole portuguesa, proclamando o príncipe D. Pedro defensor e regente do Brasil. Em Cachoeira, instalou-se um Conselho Interino de Governo da Província, em 6 de setembro de 1822, portanto, antes do grito do Ipiranga; e posteriormente, o Governo Provincial, criado pelo Imperador em dezembro do mesmo ano, mas formalmente empossado em junho de 1823.

Ainda que em 7 de setembro tenha sido proclamado o grito de Independência, às margens do rio Ipiranga, em São Paulo, prolongaram-se, na Bahia, lutas que colocaram brasileiros e portugueses em lados opostos. Após uma série de confrontos entre as forças militares dos dois lados em conflito, finalmente, em 2 de julho de 1823, os portugueses abandonaram a cidade de Salvador, centro administrativo e comercial da então recente Província. Na manhã do mesmo dia, as tropas nacionais adentraram a cidade e foram efusivamente saudadas pela população local (ARAÚJO, 2001; TAVARES, 1982). Assim, a data passou a representar a culminância do processo de Independência do Brasil. A partir do ano seguinte, e até os dias atuais, foi adquirindo um forte simbolismo para os baianos em geral, especialmente no Recôncavo, que saíam às ruas para representar, em forma de desfile, a entrada das forças nacionais na cidade. Os episódios históricos relacionados à emancipação política da Província (futuro Estado), concluída meses depois da proclamação

oficial ocorrida às margens do Ipiranga (SP), se tornaram um dos principais marcadores da identidade regional. No que tange à denominação, a data “magna” do 2 de Julho passaria a ser conhecida como a Independência da Bahia.

O IGHB, como repositório das tradições baianas, logo um ano depois de seu nascimento, demonstrava-se completamente integrado em ações celebrativas da data. Um significativo exemplo foi a participação ativa na cerimônia de inauguração, em 1895, de um monumento comemorativo alocado em uma das principais praças de Salvador, a Duque de Caxias, mais conhecida como Campo Grande (ver, abaixo, a Figura III). Após a colocação do monumento, o logradouro passou a ser chamado oficialmente de Praça 2 de Julho, conquanto permanecesse mais conhecido pelo antigo nome de Campo Grande. Embora o monumento fosse resultado do concurso do Governo do Estado, do Legislativo estadual, da Câmara Municipal e de subscrições populares, a divulgação dada ao evento nas páginas da Revista – com a descrição detalhada do tradicional desfile anual, do ato inaugural e, por fim, do próprio objeto – denotava o total engajamento em prol da conservação da memória e tradição do 2 de Julho, assim como nos seus rituais comemorativos revividos anualmente.<sup>22</sup>



Figura III - Monumento ao 2 de Julho de 1823, inaugurado em 1895.  
Fonte: Rev. IGHB, n. 48, 1923.

Numa breve descrição do monumento, vê-se, no topo da coluna, a estátua de um Índio com arco e flecha, o qual remete à figura do Caboclo, considerado o símbolo maior da nacionalidade e do povo brasileiro que derrotou o dominador português. No capitel, na

coluna e na base encontram-se diversos elementos e inscrições, referentes a uma série de acontecimentos da história brasileira, alguns fatos relacionados ao processo de luta pela Independência, bem como ao nome dos principais personagens e “heróis” que contribuíram para este processo – principais personagens e “heróis” segundo a percepção daqueles que imaginaram o monumento, por isso, os nomes grafados foram em sua maioria os expoentes da sociedade local e os militares.<sup>23</sup> Além disso, constam referências a acidentes geográficos baianos, como a cachoeira de Paulo Afonso e os rios São Francisco e Paraguaçu, figuras de leões, a estátua de um velho de longa barba, entre outras figurações. No pedestal superior, constam duas estátuas de mulheres, uma que representa a Bahia a empunhar sua liberdade e outra que constitui uma representação da índia Catarina Paraguaçu, que seria mãe da nacionalidade brasileira.<sup>24</sup>

O monumento está repleto de referências que buscam estabelecer íntima associação entre a história brasileira e a participação da Bahia, negociando símbolos nacionais e regionais.

Outro modo de demonstrar profissão de fé no 2 de Julho, localizado nas páginas da Revista da Instituição, encontra-se na publicação da série chamada “Documentos históricos sobre a emancipação política da Bahia”, que teve em João Nepomuceno Torres o grande responsável. Entre 1895 e 1898, em nove números do periódico, entre o total de 16 lançados no período de quatro anos, constava tais materiais, variando entre 10 e 32 páginas de diversificada documentação.<sup>25</sup> Entre tais documentos, encontram-se uma longa série de atas das sessões realizadas pelo Conselho Interino do Governo da Província e pelo Governo Provincial, ofícios, termos e outros. Indo além do simples culto da memória, ao trazer para um público mais amplo diversos documentos históricos da época da Independência, o IGHB parecia exercer o compromisso de estimular os estudos lastreados em fontes – no caso específico, com vista a ampliar o conhecimento sobre a “gloriosa data”.

Tal divulgação, no entanto, tratando exclusivamente da Independência, não foi uma tendência que se estendeu a outras fases e números da Revista. Por outro lado, sucediam-se, anualmente, materiais dedicados a rememorar e cultuar a data. Uma vasta lista, elencando cada um desses materiais, poderia ser posta aqui, o que não vem a ser o caso. Mas, fazendo uma avaliação geral do seu conjunto, é importante salientar que, a partir da leitura da maior parte dos textos publicados, os escritos não se pautavam na prática historiográfica de pesquisa documental. Observa-se, mais comumente, a reprodução sistemática de certas ideias, representações e argumentos difundidos, diria, na qualidade de senso comum entre os sócios.

Diferentemente do que se poderia esperar, a Independência da Bahia é tratada enquanto episódio de protagonismo coletivo. O povo baiano, não raro, aparecia como seu grande herói. Daí, talvez, a razão para que poucas vezes sejam encontrados, nas edições

da Revista do IGHB, textos que projetem, em primeiro plano, personagens individuais que tiveram atuação nos acontecimentos. Contudo, curiosamente, nos raros casos localizados são duas figuras femininas que se destacam: Joana Angélica e Maria Quitéria, respectivamente, a mártir e a guerreira. Joana Angélica era abadessa do Convento da Lapa, e acabou morta, em fevereiro de 1822, quando tentou impedir a invasão e o saque do lar religioso por soldados portugueses. Maria Quitéria, por sua vez, fugiu de casa para alistar-se no exército nacional travestida de homem, mantendo-se em combate mesmo depois que descobriram o seu disfarce. Nos dois casos, fora Bernardino de Souza o responsável pela autoria dos artigos que trataram da mártir e da guerreira.<sup>26</sup>

Analisar-se-á, então, o conteúdo predominante nos discursos produzidos sobre o 2 de Julho pelos sócios do IGHB para que se possa compreender melhor os simbolismos e significados atribuídos à data. Para esses sujeitos, nas lutas pela Independência um espírito heroico teria se incorporado à Bahia. As narrativas produzidas faziam questão de reforçar sempre o papel decisivo, valoroso, doloroso, sacrificante que ela tivera. Em uma das inúmeras considerações sobre o tema produzidas no período, o escritor Xavier Marques, sócio do IGHB, declarou:

Como se sabe, a Bahia teve a parte mais gloriosa e mais decisiva, de lutas cruentas, e de heroísmo sem par, nas campanhas nortistas e sanguinolentas pela consolidação da Independência Brasileira. Já estava concluído o movimento de emancipação no Sul, e a Bahia era ainda uma luta accêsa, armada, terrível, quasi ininterrupta contra os elementos revolucionarios da Metropole que alli preponderavam, pela anarchia, contra a nossa soberania de povo autonomo. [...]

Com effeito, em muitas provincias ou partes do Brasil, no Rio, em S. Paulo, em Minas Gerais, em Pernambuco, Pará, Maranhão, houve agitação, choques, conciliabulos, motins, perseguições e represalias, mas em parte nenhuma do Brasil tiveram as lutas pela Independencia a feição de luta armada, o aspecto e o character de uma guerra separatista, levada a feliz e glorioso termino depois de numerosas batalhas terra marique [por terra e por mar]. Este grande sacrificio de sangue foi reservado à Bahia, que com elle sellou a conquista definitiva da nossa Independencia [...].<sup>27</sup>

Nos textos da época, a Bahia era frequentemente apontada como a única localidade em que o movimento de Independência assumira feição de guerra. Tomadas as províncias (transformadas em estados no período republicano) situadas ao sul e ao norte do país, não se encontrariam fatos comparáveis àqueles ocorridos nas terras baianas. Como assinala Xavier Marques, nas demais partes ocorreram apenas “agitação, choques, conciliábulos, motins, perseguições e represalias”, enquanto à Bahia se reservou a guerra.

Essa leitura dos fatos obteve grande difusão entre as elites letradas e políticas nas primeiras décadas do século XX – e, aparentemente, não havia grandes discordâncias quanto a ela. Mas, à medida que se aproximavam as celebrações do Centenário,

intensificaram-se as falas que reproduziam as narrativas históricas elaboradas pelos baianos sobre a emancipação política brasileira. Miguel Calmon, por exemplo, em conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, em novembro de 1922, depois publicada na *Revista do IGHB*, afirmou:

A Independência que se proclamou no sul do paiz entre justas expansões de entusiasmo, como resultado de natural evolução, chegada a termo feliz depois de passos sucessivos [...], recebeu na Bahia o baptismo de sangue, que a transformou na causa sagrada de todos os brasileiros.

Foi na Bahia, “do Brasil a mãe primeira”, na phrase do poeta, que os fados destinaram a ser a mater dolorosa, de cujos sacrifícios e dores havia de nascer integra e immortal a nossa grande pátria. (ALMEIDA, 1922, nº49, p.223-262)

Sangue, sacrifício e dor – eis algumas palavras centrais do discurso de Calmon, que introduzem aspectos dramáticos no desenrolar dos acontecimentos que garantiram a emancipação política. Comparativamente, trata os acontecimentos no Sul como uma “evolução”, caracterizada por “justas expansões de entusiasmos”, quando na Bahia adquiria o caráter de uma “revolução”, “batizada” com sangue.

Nas palavras de Calmon, nota-se, também, a ênfase na ideia de que a Bahia é “do Brasil a mãe primeira”. Para recuperar o vasto sentido desta expressão, torna-se necessário lembrar que a chegada dos portugueses nas terras que seriam o Brasil – episódio consagrado, na tradição historiográfica, como Descobrimento – deu-se em local que pertenceria ao Estado baiano. O princípio da maternidade baiana seria sintetizado nas designações “célula mater” e “alma mater”<sup>28</sup> da nacionalidade brasileira, a partir das quais se definia tanto o papel de matriz do território quanto de disseminador das instituições e dos valores culturais da nação. Para o contexto utilizado, aquele das lutas de emancipação, parece ficar sub-reptício ao uso da expressão, que pela segunda vez a Bahia exercera a maternidade da nação, pois ao ter conseguido expulsar o opressor português (simbolismo registrado no monumento inaugurado em 1895), garantira a liberdade do novo país bem como a sua integridade territorial. Desta forma, o país-nação teria nascido como consequência de um esforço particular da Bahia, a *mater dolorosa* (expressão citada por Miguel Calmon) que gestou e defendeu a cria chamada Brasil.

Em pleno 1922, ano de Centenário da Independência, discursando no Instituto Histórico, sediado no Rio de Janeiro, a capital federal, para um público oriundo de diversas partes do país, Miguel Calmon, que havia sido um dos mais jovens ministros da República durante a presidência de Afonso Pena (1906-1910), e era ministro de Artur Bernardes (1922-1926), defendia uma tese que trazia para a Bahia a centralidade na história nacional. E não fora o único, Afrânio Peixoto, renomado profissional da medicina, com incursões na



área de educação e na literatura (chegou a imortal da Academia Brasileira de Letras), usou do seu *status* e prestígio para reforçar o que considerava as profundas diferenças entre os processos ocorridos no Norte e no Sul do país:

O momento mesmo em que ides apagar as luzes da festa internacional com que celebrastes a Independência, chegamos nós... A Bahia vem ao centenário da nossa emancipação política com anno quasi de atraso... É que vós fizestes uma evolução; nós tivemos de fazer uma revolução. No Rio, em S. Paulo, em Minas foi um movimento do Governo contra a Metrópole distante; o Norte era então o melhor do Brasil, o que os Portuguezes mais guardavam: tivemos de os combater, na nossa tradicional fidelidade. Aqui houve proclamação e paradas, flores e fitas, applausos e hymnos... na Bahia sitio e trincheiras, fome e peste, sangue e morticínio... aqui a adesão; lá a guerra... Perdoe-nos se por isso chegamos fora da hora. Antes disso nos foi preciso lutar e vencer... Também, vos asseguramos, só depois dessa victoria que vos offerecemos, desse 2 de Julho de 1823, é que o Brasil é realmente livre. Os povos das capitánias do sul teriam apenas de adherir ao movimento, que foi feito de succesivas acclamações... Os povos da Bahia tiveram de lutar contra e dentro de si mesmos; a campanha da Independência teve ao norte um aspecto doloroso de guerra civil... Eram irmãos contra irmãos, Paes contra filhos que luctavam [...]. Como nos custaria a nós esse drama pungente da Independência! [...] Derramamos sangue, o nosso sangue... Só por isso nos atrazamos no caminho, só por isso chegamos tarde à festa... Mas também, Brasileiros do Brasil inteiro que me ouvis, mas também só depois de 2 de Julho de 1823 é que sois livres... completamente, realmente livres... E isto, isto foi a dádiva da Bahia à Independência do Brasil. (PEIXOTO, 1923, n. 48, p.107-127)

Tais palavras correspondem à transcrição de um discurso pronunciado por Peixoto em 2 de Julho de 1923, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sediado na capital federal – mesmo palco em que Miguel Calmon apresentara uma conferência meses antes, conforme citado acima.

Vale repetir, entretanto, que o marco do IHGB é bastante significativo por revelar a tentativa de difusão do discurso em defesa do papel primordial da Bahia em ambiente que representa o centro da vida política nacional, que reunia, portanto, brasileiros vindos das mais diversas partes do país. Voltando ao texto de Peixoto, o primeiro parágrafo da citação revela que ele se referia às comemorações do centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, que fora bastante festejado, especialmente, no Rio de Janeiro e São Paulo, cidade esta onde se inaugurou o Monumento do Ipiranga como marco maior dos festejos.

Reatualizando o passado, Peixoto apresenta a Bahia chegando atrasada nas comemorações do centenário, quase um ano depois da data mais consagrada.<sup>29</sup> Ao justificar esse atraso, produz uma curiosa manipulação do tempo, tomando o seu momento presente como se fosse uma prorrogação do passado, e o passado como se fosse a representação das lutas de seu momento presente, em que a Bahia precisava vencer resistências para ter

reconhecida a sua importância. E faz mais, destaca que o 2 Julho seria a verdadeira data de conquista da liberdade brasileira, deixando subentender que teria relevância superior ao dia 7 de Setembro. Peixoto também se apoia na diferença entre evolução e revolução para caracterizar os acontecimentos no Sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, como fez questão de ressaltar) e no Norte (mais explicitamente, a Bahia).

Outros nomes menos conhecidos no plano nacional também compartilhavam das mesmas convicções. Nesse caso, encontra-se Manoel Querino, que declarou ter sido a Bahia “[...] a única província que sellou com sangue dos seus filhos heróicos a victoria da liberdade da pátria” (QUERINO, 1923, n.48, p.77-105). Do mesmo modo, exprimiu-se Francisco Hermano Santana, em discurso no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que reivindicou para o 2 de Julho o seu reconhecimento como uma data nacional:

É data vera de nossa emancipação, é a mais brilhante de quantas ponteiam o pleito separatista, porque nella se escalda a rutilancia do sangue vertido, pela redempção geral.

Por isso é que devemos vislumbrar no 2 de Julho, não a data regional, a ephemeride do jubilo local, restricto, porem a mais nacional, a mais geral, a mais brasileira de nossas datas, pela sua significação e relevância históricas!

É por isso que do regosijo bahiano devem participar o Brasil inteiro, todos os que, nestas paragens nasceram, nellas vivem ou as amam, irmanados na commemoração do dia máximo do Brasil! (SANTANA, 1927, nº53, p.323-339)

Note-se que a maior parte dos extratos selecionados até aqui para exemplificar o discurso dos sócios do IGHB sobre o 2 de Julho advém de falas produzidas no contexto dos Centenários da Independência do Brasil (1922) e da Bahia (1923). Este foi um momento de intensas reflexões sobre a República, seus possíveis avanços, limitações e frustrações, bem como sobre o legado imperial para o país. Nesse sentido, algumas obras têm centrado a análise na questão do Centenário, enfocando, por um lado, os eventos comemorativos desenvolvidos no Rio de Janeiro e São Paulo e, por outro lado, as disputas travadas entre ambos pela centralidade nos fundamentos da identidade nacional.<sup>30</sup> Nessa conjuntura, os sócios do IGHB manifestavam com suas palavras as reivindicações da Bahia, um Estado bastante orgulhoso das suas tradições históricas, por um lugar nessa disputa simbólica pelo poder nacional.

Por meio do 2 de Julho, potencializaram um discurso contestatório que, embora bem mais frequente nos anos em torno do Centenário, sempre fez parte do repertório da instituição, assunto este comentado anteriormente, ao se discorrer sobre as inaugurações do monumento de 1895 e da sede de 1923, ambas ocorridas na data comemorativa da Independência baiana, mas trata-se de algo reforçado na recorrência com que a temática foi discutida nos diversos números publicados da Revista, desde as edições iniciais até o final

da década de 1920 (e mesmo depois desse período). Neles incluíam-se, sistematicamente, artigos, discursos, notas e outras formas textuais que versavam sobre as “glórias” do 2 de Julho, dita “a maior data bahiana”<sup>31</sup>.

De modo geral, no período que se estende das origens do IGHB ao final dos anos 20 do século passado, independente da aproximação ou passagem por um momento tão marcante como o Centenário, em que certas tensões políticas ficaram mais explícitas, sempre predominou um tom discursivo caracterizado por elementos laudatórios, épicos, dramáticos.

### **Considerações Finais**

A partir de um mapeamento mais cuidadoso sobre a imensa produção acerca da Independência baiana realizada pelos sujeitos ligados ao IGHB, resulta a conclusão que realizaram muito pouco da prática historiográfica, tal como a concebida hodiernamente. Mais propensos a investidas ensaísticas que narrativas documentadas, dir-se-ia que eram, em sua maioria, partícipes de uma tradição cultural e portadores de uma memória que servia para estabelecer laços identitários. Isso porque, de modo geral, o 2 de Julho se constituía em principal elemento de integração entre diversas camadas sociais do Estado, desde os segmentos populares às elites.

No entanto, a apropriação do 2 de Julho pelo IGHB, além de definir uma marca da identidade regional, tinha um caráter político bem definido. Era uma forma de alegar a favor da contribuição da Bahia à constituição da nacionalidade, a qual se pretendia reconhecida no presente por meio dos exemplos retirados da história, em especial o processo de Independência. Em uma conjuntura de grandes disputas regionalistas, este reconhecimento deveria se configurar em benefícios concretos para o Estado, que se sentia excluído do jogo de poder e pretendia obter favorecimento por tudo que fizera no passado. Nesse sentido, o papel do IGHB foi legitimar historicamente as reivindicações baianas.

Recebido em 3/4/2011

Aprovado em 27/4/2011

### **NOTAS**

---

1 A Casa da Bahia. Monumento Commemorativo do Centenario da Redempção Política da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 48, p. 293-338, 1923. O trecho transcrito se encontra na p. 316-317.

2 Vale observar que, diferentemente dos demais estabelecimentos congêneres criados no país, designados como Instituto Histórico e Geográfico, a associação baiana fez uma inversão no seu nome, optando por chamar-se de Instituto Geográfico (primeiro) e Histórico (depois). A intenção era evitar similaridade na sigla com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois se mantivesse a mesma sequência, ambos seriam IHGB. Com a inversão, a instituição baiana recebeu sigla própria – IGHB.

3 Até o momento, o Instituto Histórico da Bahia não foi objeto de uma pesquisa mais sistemática. Por ora, tudo o que foi identificado sobre ele se restringe a algumas páginas da tese de SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégia de Consolidação Institucional, 1894-1930*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, p. 82-99, que dedica mais da metade total de páginas para conjecturar sobre o motivo do fracasso da experiência, e a edição fac-similar do seu periódico, FUNDAÇÃO Cultural do Estado da Bahia. Diretoria de Bibliotecas Públicas. *O Instituto Histórico da Bahia e o seu Periódico (1856-1877)* – Edição fac-similar. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2001, que vem precedido de alguns textos históricos que resumem informações sobre a sua história.

4 Periódico do Instituto Histórico da Bahia, n. 1, p. 6-8, outubro-1863. In: FUNDAÇÃO Cultural do Estado da Bahia. Diretoria de Bibliotecas Públicas. *O Instituto Histórico da Bahia e o seu Periódico (1856-1877)* – Edição fac-similar. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2001.

5 *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n.1, p. 3-63, 1894. O trecho transcrito se encontra na p. 3.

6 Memória Histórica sobre o Instituto Fundado em 1856. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n.1, p. 65-100, 1894.

7 Na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, ver os seguintes materiais: Memória Histórica sobre o Instituto Fundado em 1856, n.1, p. 65-100, 1894; “Apontamentos Históricos sobre o Antigo Instituto Baiano de 1856, n.2, p. 255-285, 1894; Continuação dos Apontamentos Históricos sobre o Antigo Instituto de 1856, n.6, p. 403-411, 1895; Continuação dos Apontamentos Históricos sobre o Antigo Instituto, Anno de 1863”, p. 329-339, n.9, 1896; Continuação dos Apontamentos Históricos sobre o Antigo Instituto, Anno de 1864”, n. 11, p. 93-101, 1897; Continuação dos Apontamentos Históricos sobre o Antigo Instituto, Anno de 1865”, n. 15, p. 107-121, 1898; Continuação dos Apontamentos Históricos sobre o Antigo Instituto, Anno de 1867”, n. 19, p. 81-84, 1899.

8 *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n.1, 1894, p. 6.

9 Conforme lista apresentada na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, 44, p.91-95, 1918. Comparativamente, há aproximação numérica entre os sócios fundadores do IGHB e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), este criado em novembro de 1894 por 139 associados. Para informações sobre o IHGSP, conferir FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Editora UNESP, 2002, p. 93 e 99. Sobre admissão de novos sócios no IGHB, ver SILVA, *op. cit.*, p. 241-242.

10 Para informações detalhadas sobre a inauguração da nova sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ver A Casa da Bahia: Monumento Commemorativo do Centenario da Redempção Política da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 48, p. 293-338, 1923.

11 Ver BRITO, Ana Clara Farias. *Tempos, histórias e ciências: expectativas e propostas de letrados do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). UFBA/UEFS, p. 139-148.

12 Braz do Amaral (1861-1949) era médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Tornou-se, contudo, o mais importante historiador baiano de sua época, escrevendo obras que se tornaram referências na historiografia sobre a Bahia. Esteve entre os fundadores do IGHB, atuando como seu orador entre 1894 e 1918. Integrou o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Atuou, ainda, como deputado federal.

13 Teodoro Sampaio (1855-1947) era engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi orador do IGHB no período 1914-1922 e seu presidente entre 1923 e 1936. Produziu estudos de caráter geográfico e histórico. Pertenceu, também, ao quadro de associados do Instituto Geográfico e Histórico de São Paulo. Atuou como deputado federal pela Bahia. Homem de origem mestiça (mulato), apesar dos preconceitos raciais da época, tornou-se um profissional muito requisitado país afora e um intelectual respeitado.

14 Bernardino de Souza (1884-1949), nascido em Sergipe, formou-se na Faculdade de Direito da Bahia, onde lecionou posteriormente. Escrevia sobre Geografia e História da Bahia. Atuou como deputado estadual. No IGHB, foi Primeiro Secretário e, depois, pelo empenho na construção da sede inaugurada em 1923, recebeu o título de Secretário Perpétuo.

15 José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967) era Bacharel em Direito. Tornou-se um dos mais importantes historiadores baianos do seu tempo, produzindo vasta obra, que focava, especialmente, seus antepassados da época imperial, especialmente o seu avô materno, o Barão de Cotegipe, José Maurício Wanderley. Foi membro, também, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

16 Manoel Querino (1851-1923) foi um dos fundadores do IGHB. Formou-se na Escola de Belas Artes, e atuou como professor, jornalista, historiador, escritor e artista plástico. Como se dizia à época, era um homem de cor.

17 Xavier Marques (1861-1942) foi escritor e jornalista. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, sendo um dos mais renomados literatos baianos de sua época. Atuou como deputado federal pela Bahia.

18 Afrânio Peixoto (1876-1947) formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Trabalhou na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito, ambas do Rio de Janeiro. Foi, ainda, literato, escritor e historiador. Participou da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Atuou como deputado federal pela Bahia.

19 A fim de não se alongar as notas, absteve-se de apresentar as credenciais desses últimos nomes. Considera-se que os perfis traçados nas notas anteriores permitem que se tenha uma ideia dos sujeitos que frequentavam ao IGHB.

20 Tendo em vista as pretensões deste texto, fica impossibilitada uma descrição pormenorizada dos materiais e temas publicados na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, que era mais diversificado que o apontado aqui. Na verdade, seria necessário um estudo mais sistemático sobre a questão, pois a simples consulta ao índice dos volumes dificilmente consegue ser esclarecedora. Veja o caso dos Discursos, por exemplo, não é incomum esconder-se por trás deles abordagens sobre questões históricas ou afins. Em outras circunstâncias, um conjunto de materiais aparece reunido no índice com um título mais abrangente, mas tratando de uma relativa variedade de questões. Enfim, julga-se que seria procedente uma manipulação cuidadosa de cada página dos volumes do periódico, para que o pesquisador construa o seu próprio índice e possa identificar os assuntos tratados em títulos pouco esclarecedores.

21 Breves referências sobre a relação de Teodoro Sampaio com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo podem ser encontradas em FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.*, p. 102, 122 e 142.

22 Ver a *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 5, p. 213-241, 1895.

23 Os nomes gravados no monumento são os seguintes: “[Domingos] Borges de Barros [Visconde de Pedra Branca], Lino Coutinho, Cypriano Barata, Gomes Ferrão, Pedro Bandeira, [Francisco Gê Acaíaba de] Montezuma, [Visconde de Jequitinhonha], Visconde de Pirajá [Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque]; [José Joaquim] Carneiro de Campos [Marquês de Caravelas], Garcia Pacheco, Rodrigo Brandão, [Joaquim Ignácio] Siqueira Bulcão, [Antonio] Pereira Rebouças, brigadeiro Manoel Pedro [de Freitas Guimarães], general Pedro Labatut, tenente-coronel [Antonio de] Souza Lima, coronel [José Joaquim] Lima e Silva, major Silva Castro, corneta Luiz Lopes, tenente José Pinheiros de Lemos, tenente Jacome Dorea, tenente Silva Lisboa, capitão Cypriano Siqueira, e almirante Cockrane”. Ver, “Descrição do monumento 2 de Julho”. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Edição Especial do Centenário, Cidade do Salvador, p. 11-12, 2 de julho de 1923.

24 Para uma descrição pormenorizada do monumento, ver a *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n.5, 1895, p. 231-237.

25 Ver as seguintes edições da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia: n. 4, p. 127-139, 1895; n. 6, p. 375-399, 1895; n. 9, p. 341-350, 1896; n. 12, p. 175-186, 1897; n. 13, p. 433-450, 1897; n. 14, p. 547-569, 1897; n. 15, p. 132-143, 1898; n. 17, p. 351-376, 1898; e n. 18, p. 554-585, 1898.

26 SOUZA, Bernardino José de. Maria Quitéria “Dois de Julho. Uma heroína da epopeia; Maria Quitéria de Jesus Medeiros. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 46, p. 289-299, 1919; SOUZA, Bernardino José de. Maria Joana Angelica. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 48, p. 419-453, 1923. A ênfase nessas duas personagens contrasta com os nomes assinalados no monumento inaugurado em 1895, entre os quais não foram incluídas (rever a nota 29).

27 “A Bahia no Centenario da Independência”. *Revista Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 38, mai./1921.

28 Afirmava Teodoro Sampaio, *op. cit.*, p. 5: “Centro da direcção administrativa do paiz, foco da cultura maior da colônia, berço de origem de tantas populações perdidas nesses sertões occidentaes, a Bahia é, com razão, chamada a alma-mater no Brasil. Tradições, costumes, troncos genealógicos das principaes famílias do paiz, tudo guarda a Bahia como padrão de suas glorias na formação da nacionalidade brasileira”.

29 Sobre as comemorações do centenário da Independência no Rio de Janeiro e São Paulo, ver MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Ed. da Fund. Getúlio Vargas-CPDOC, 1992; e FERREIRA, Antonio Celso, *op. cit.* Sobre a participação da Bahia nas comemorações do centenário de 7 de Setembro, não foram obtidas informações consistentes, mas sobre as comemorações do 2 de Julho, ver ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de, *op. cit.*, p. 112-123.

30 Ver MOTTA, Marly Silva da, *op. cit.*; e SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia, UFG, 2000, p. 79-103.

31 Para efeito de demonstração, indica-se dois números posteriores à década de 1920, ambos com materiais intitulados a “A Maior Data Bahiana”, ver a *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 60, p. 533-534, 1934; e a *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 66, p. 541-560, 1940. Ver ainda, CARVALHO FILHO, Aloysio de. Comemoração da magna data Bahiana. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 58, p. 335-350, 1932; e MORAES, Deraldo Dias de e CARVALHO, José Luís de Bulhões. Comemoração do dia 2 de Julho de 1933. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 60, p. 437-447, 1933. No período recortado para este artigo, considera-se que já foram apresentados exemplos suficientes.

## REFERÊNCIAS

“A Bahia no Centenario da Independência”. *Revista Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, nº 38, mai./1921.

A Casa da Bahia. Monumento Commemorativo do Centenario da Redempção Política da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 48, p. 293-338, 1923.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. “A Batalha de Pirajá (Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 8 de Novembro de 1922)”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, p. 223-262, nº 49, 192.

AMARAL, Braz do. “Discurso pronunciado na sessão solene de 3 de maio”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, Typographia Bahiana, nº 42, p. 173-180, 1916.

ARAÚJO, Ubiratan Castro. *A Guerra da Bahia*. Salvador, CEAO / UFBA, 2001.

BRITO, Ana Clara Farias. *Tempos, histórias e ciências: expectativas e propostas de letrados do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). UFBA/UEFS.

CARVALHO FILHO, Aloysio de. Comemoração da magna data Bahiana. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, nº 58, p. 335-350, 1932.

Descrição do monumento 2 de Julho. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Edição Especial do Centenário, Cidade de Salvador, p. 11-12, 2 de julho de 1923.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Editora UNESP, 2002.

FUNDAÇÃO Cultural do Estado da Bahia. Diretoria de Bibliotecas Públicas. *O Instituto Histórico da Bahia e o seu Periódico (1856-1877)* – Edição fac-similar. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2001.

MORAES, Deraldo Dias de e CARVALHO, José Luís de Bulhões. Comemoração do dia 2 de Julho de 1933. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, nº 60, p. 437-447, 1933.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Ed. da Fund. Getúlio Vargas-CPDOC, 1992.

PEIXOTO, Afrânio. “2 de Julho de 1923 (Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 2 de Julho de 1923)”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, nº 48, p. 107-127, 1923, p. 107.

PIN, Alan. [sem título]. *Revista Cívica*, Bahia, nº 46, 02 de julho 1923.

QUERINO, Manoel. “Noticia historica sobre 2 de Julho de 1823 e sua comemoração na Bahia”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, nº 48, p. 77-105, 1923, p. 84-85.

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 05, p. 213-241, 1895.

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 60, p. 533-534, 1934.

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 66, p. 541-560, 1940.

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 4, p. 127-139, 1895;

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 6, p. 375-399, 1895;

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 9, p. 341-350, 1896;

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 12, p. 175-186, 1897;

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 13, p. 433-450, 1897;

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 14, p. 547-569, 1897;

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 15, p. 132-143, 1898;

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 17, p. 351-376, 1898;

*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, n. 18, p. 554-585, 1898.

SAMPAIO, Teodoro. *O Estado da Bahia: Agricultura, Criação de Gado, Industria e Commercio*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1926.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia, UFG, 2000.

SANTANA, Francisco Hermano. “Heroes e Redemptores”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, nº 53, p. 323-339, 1927.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

---

SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e Estratégia de Consolidação Institucional, 1894-1930*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. Nota prévia. In FUNDAÇÃO Cultural do Estado da Bahia. Diretoria de Bibliotecas Públicas. *O Instituto Histórico da Bahia e o seu Periódico (1856-1877)* – Edição fac-similar. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2001.

SOUZA, Bernardino José de. *A Bahia: palestra sobre o Estado da Bahia em 1928*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1928.

\_\_\_\_\_. Maria Quitéria “Dois de Julho. Uma heroína da epopeia; Maria Quitéria de Jesus Medeiros. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, nº 46, p. 289-299, 1919.

\_\_\_\_\_. Maria Joana Angelica. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Bahia, nº 48, p. 419-453, 1923.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL (Instituto Nacional do Livro), 1982.